

ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC de Franca-SP

Ao vigésimo oitavo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas, no Auditório da Casa da Cultura do Artista Francano situado na Rua Dr. Alcindo Ribeiro Conrado, 1516 – Centro, Franca – SP, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Política Cultural de Franca e representantes do poder público. A reunião teve início às dezenove horas e vinte minutos, horário de Brasília. Quem conduziu a reunião foi o primeiro secretário, Everton Luís Sanches, devido às ausências justificadas do presidente do CMPC Wesley Mendes de Paula e de Keila Alves Pimenta Fradique, que é quem o substitui nessas ocasiões. Cristiane de Melo Castro Masui também justificou sua ausência. O primeiro secretário Everton Luís Sanches deu início à reunião agradecendo a presença de todos e orientando quanto à solicitação da palavra e quanto ao respeito aos três minutos de fala para que todos os presentes tenham a oportunidade de se pronunciarem. Em seguida, passou à leitura das pautas a serem discutidas, a saber: resposta ao e-mail “Solicitação de esclarecimentos sobre Edital para pareceristas”, enviado pelo Conselho para a Secretaria de Cultura; continuidade dos trabalhos / definição de novas ações sobre o Plano Municipal de Cultura: como anda o Mapa Cultural?; informações sobre a inauguração do Centro Cultural Salles Dounner; atualizações sobre a reforma do Museu; eleições de setembro para nova gestão do Conselho: o que está previsto e quais as ações necessárias. Sobre o e-mail, Everton Luís Sanches lembrou os dois pontos a serem tratados: 1) a ausência da área de patrimônio e museologia no edital dos pareceristas e 2) a necessidade de imediata reabertura do credenciamento, sem a exigência do pagamento de taxa para credenciamento dos pareceristas para participarem do edital, tendo em vista que os próprios pareceristas em potencial indicaram que a cobrança da taxa é impeditiva para participarem do processo. A conselheira titular representante do poder público Elaine Nogueira Boncompagni iniciou sua fala justificando a ausência do representante do poder público Claudio Nazaré Silveira, que teve problemas pessoais. Sobre a resposta ao e-mail, ela disse que levou o João, que trabalha na prefeitura, está envolvido com a questão de licitação de processos e muito amigavelmente se dispõe a participar da reunião e prestar esclarecimento. João iniciou a sua explanação relatando que a prefeitura está estruturada de maneira que todos os procedimentos licitatórios são centralizados pelo departamento de compras e que o credenciamento de parecerista é claramente um processo licitatório que tem que ser pautado pela lei de licitação. Qualquer outro município que esteja fazendo um credenciamento que não seja da forma que a prefeitura de Franca está fazendo, está fazendo de maneira errada. João explicou ainda que isso pode ensejar punição, apontamento do Ministério Público, apontamento do próprio Tribunal de Contas. A Secretaria de Esporte e Cultura adota procedimentos que a Prefeitura de Franca exige. Desse modo, a contratação de pareceristas teve que ser pautada pela lei de licitação. Esse é o primeiro ponto para contextualizar a contratação do portal de compras públicas. João esclareceu ainda que é um procedimento adotado pelo setor de compras da prefeitura, que é coordenado pelo Dr. Marcelo, que é a pessoa responsável. Todas as compras da prefeitura são processadas naquele portal, a prefeitura não recebe nenhum valor de cadastro de fornecedores, de proponentes para participarem de processos licitatórios, seja de contratação de serviço de obra, qualquer serviço que seja, são feitas através daquele sistema. João enfatizou que o credenciamento de pareceristas não teria como ser diferente, porque é uma definição do departamento de compras vindo dessa necessidade de centralização do processo de compra. Ele também explicou que o valor que é cobrado para a inscrição do parecerista é um valor cobrado pela plataforma que faz esse “meio de

campo”, conforme ele disse, entre o processo licitatório que é publicado no Diário Oficial. Hoje são feitos os processos de maneira eletrônica, não existe mais processo presencial, conforme a lei de licitação preconiza. Assim, alguns pareceristas argumentaram (com o poder público), que esses valores seriam uma taxa que a prefeitura cobra, mas não é isso: esses valores eles são para utilização da plataforma, conforme enfatizou João. Esse valor é cobrado para qualquer fornecedor se habilitar e inserir uma proposta dentro de um processo licitatório. Everton Luís Sanches tomou a palavra e perguntou se caso o parecerista fizesse o cadastro a primeira vez, recolhendo a taxa e quisesse participar de outro processo licitatório da prefeitura, usando obrigatoriamente o mesmo site, teria que pagar essa taxa de novo ou não. João respondeu que não, que esse é um valor de cadastro na plataforma, análogo ao pagamento de um mês de um de um serviço de streaming, por exemplo, para assistir a um filme de interesse que é oferecido, mas a partir daí tem acesso a todos os filmes que estão disponíveis na plataforma. De acordo com o João, é a mesma coisa portal de contas. Eles se denominam como *marketplace* de licitação, em que os fornecedores pagam aquele valor. Essa taxa é justificada, já que eles são uma empresa e a prefeitura coloca os seus (da prefeitura) processos dentro daquela plataforma. Esclarecendo sobre as competências na prefeitura, ele disse ainda que não cabe a uma secretaria, seja de saúde, de educação, ou qualquer outra a alteração de portais de compra. O setor de compras definiu esse portal e ele é único, é utilizado para todas as contratações e não tem como utilizar um portal gratuito. A Secretaria de Esporte e Cultura encaminha a demanda e o setor de compras processa dessa maneira, assim como ele processa toda as demandas da Prefeitura de Franca. João também reforçou que o parecerista que se inscreveu no portal pode participar de qualquer tipo de serviço / licitação da prefeitura ao qual estiver apto, não só do credenciamento. Ele disse que essa é uma coisa que os pareceristas não entenderam, que o valor seria pago uma vez para inserir os documentos de habilitação necessários e que eles ficariam cadastrados - como está previsto no Termo de Referência – por dez anos. Dessa maneira, se ele faz o cadastro hoje, em 2026, a previsão de fazer o aditamento desse contrato com ele permanece por dez anos e ele nunca teria que pagar esse valor novamente, porque esse valor é cobrado da plataforma uma única vez para participar do processo licitatório. João enfatizou reiteradamente que o valor da taxa não vai para prefeitura, que nada é pago para a prefeitura, não envolve recurso para prefeitura. Ele dimensionou ainda que se compararmos o valor pago para a inscrição ao valor que pode ser ganho com a quantidade de pareceres que um inscrito pode emitir num período de 10 anos, essa taxa que a plataforma cobra passa a ser irrisória. Everton Luís Sanches deixou a palavra aberta, antes de encerrar a discussão sobre o tópico, para que os presentes pudessem tirar mais alguma dúvida. O agente cultural Jô Ribeiro pediu a palavra e questionou se no processo licitatório existe um uma brecha, pela qual gastos de até R\$ 8.000 não precisam de licitação. João respondeu que nesse caso ultrapassa muito esse valor, e que o credenciamento de pareceristas tem uma natureza própria. De acordo com o que ele explicou, a lei de licitações tem um rol taxativo que vincula tipos de serviços, tipos de compras que devem ser pautados de maneiras específicas. No caso do credenciamento parecerista, é necessário um processo de licitação para receber propostas desses pareceristas e, a partir dessas propostas, credenciá-los. Também esclareceu que outra possibilidade seria a contratação de uma empresa para prestar esse serviço, que configuraria outro tipo de contratação, seria um pregão eletrônico em que seria aberta uma disputa para que uma empresa contratasse outros pareceristas. A empresa contratada seria uma possibilidade, mas pelo que ele (João) recebeu de informação foi uma escolha dos próprios agentes culturais que fosse feito

dessa maneira, pois essa empresa seria paga utilizando o 5% do edital. Neste caso, ficaria tudo por conta da empresa contratada e o parecerista não pagaria nada porque o 5% já cobriria todos os custos. O conselheiro titular Cairo César Barbosa da Silva pediu a palavra e lembrou que na época da FEAC foi necessário que a própria FEAC abrisse vagas para uma comissão interna realizar essa análise de projeto, perguntando ainda se, caso for necessário, é possível que a Secretaria de Cultura faça algo parecido, uma comissão. O conselheiro titular representante do poder público Vinícius Cintra de Oliveira respondeu que em último caso é assim que será feito, já que tivemos apenas três cadastrados nessa licitação. Assim, a plataforma será aberta novamente para o credenciamento por mais vinte dias úteis e se não houver novos cadastros, será aberta uma comissão de seleção, no caso do edital de 1 milhão, a qual vai avaliar com trabalho voluntário. Conforme Vinícius Cintra de Oliveira elucidou, o poder público precisará eleger os seus representantes e a sociedade civil também. O conselheiro titular Marco Antônio de Souza solicitou a palavra e destacou que uma coisa importante é que existem as pessoas que são éticas e existem as pessoas que não são e podem contemplar o amigo, a amiga, a namorada, a amante, a esposa etc., que esse é o problema. Elaine Nogueira Boncompagni afirmou que os próprios pareceristas fizeram um boicote, que há evidências disso e que o que é ruim é que nem esperaram chegar a informação, chamando a atenção para a presença do João para esclarecer. Ela enfatizou que se os representantes do poder público demoraram a repassar a informação foi porque eles também estavam buscando essas informações. Elaine Nogueira Boncompagni garantiu que foram questionadas todas as possibilidades junto ao setor responsável, mas não tem outro jeito, não pode e diante de todo esse boicote, se não nós não ocorrerem novas inscrições, nós vamos ter que chegar a esse ponto de criar a comissão. João complementou a fala, dizendo que todas as mensagens com dúvidas de pareceristas que foram encaminhadas a ele, ele fez questão de responder pessoalmente com todas as informações e que mesmo assim esses pareceristas defenderam que em diversos municípios em que atuam os processos não são feitos dessa forma. Contudo, João afirmou que esses municípios estão fazendo da maneira errada, que tem que ser feito por um processo licitatório, que até o prefeito corre seu risco ao fazer diferente. Descreveu ainda que o candidato só precisa cadastrar por um mês, porque aos se cadastrar por um mês e colocar a proposta, o departamento de compras vai conferir a proposta, vai pedir os documentos de habilitação, os quais aos serem inseridos permitirão que tudo seja tratado com a secretaria, sem nunca mais utilizar a plataforma. Ele usou como exemplo o contrato de uma empresa responsável por fazer a reforma do Museu, que participou de um processo licitatório dentro do portal de compras, afirmando que a ordem de fornecimento, de recebimento da nota fiscal, são processos feitos dentro de um processo administrativo, mas fora do portal, que nunca mais precisaria usar o portal, já que este era utilizado para que ele cadastrasse a proposta de participar licitação, para que tivesse publicidade, para que outras pessoas, no caso em questão (dos pareceristas), pudessem ver quais documentos foram inseridos pela empresa, quais documentos foram solicitados pela empresa. João destacou ainda que na hipótese da prefeitura, do setor responsável pela contratação, receber por e-mail a documentação de um parecerista, sem aparecer na plataforma, não há publicidade disso e que por todos

esses pormenores é preciso adotar esse procedimento. Ele também enfatizou que os cadastrados poderão continuar se cadastrando por um período de 10 anos, uma vez que o Termo de Referência prevê isso. O conselheiro suplente Deny Eduardo Pereira Alves pediu a palavra, disse que havia acabado de chegar à reunião, se desculpou de antemão, caso o tema já tivesse sido abordado e perguntou por qual razão foi determinado um prazo para encerrar o credenciamento, uma vez que em outros municípios isso fica aberto por anos. Em resposta, João citou o exemplo do credenciamento de serviços médicos em Franca, que esteve aberto há muitos anos e que nesse ano foi, como todos os outros, submetido ao novo procedimento, de modo que a Secretaria de Saúde deixou, conforme ele se lembra, aberto por 60 dias, depois fechou, mas podendo ser aberto novamente. Retomando o caso referente à Secretaria de Esportes e Cultura, João reforçou que isso foi feito por discricionariedade, já que o entendimento era de que seria interessante manter o edital aberto por 20 dias, fechar o credenciamento, julgar os habilitados, considerando que de outra maneira levaria mais tempo para conseguir habilitar os fornecedores, lembrando que será aberto novamente o prazo para mais 20 dias, conforme previsto no Termo de Referência, com a possibilidade de se reabrir sempre que necessário. Isso valerá para os projetos do PNAB, do Bolsa Cultura e outros editais em que precise de pessoas que façam esse serviço (referindo-se ao trabalho de pareceristas) também. Deny Eduardo Pereira Alves, certificando-se de que havia entendido, disse que em último caso, uma comissão interna de avaliação será formada por indicações do poder público e dos membros do conselho que representam a sociedade civil. Jô Ribeiro manifestou sua torcida para que mais conselheiros se cadastrem, o que foi seguido pelos demais. Elaine Nogueira Boncompagni, dirigindo-se a Everton Luís Sanches, perguntou se havia outra questão referente ao e-mail a ser tratada. Everton Luís Sanches respondeu que a outra questão levantada pelo e-mail era a ausência de área de patrimônio e museologia no edital dos pareceristas e como que isso está sendo resolvido. Vinícius Cintra de Oliveira respondeu que no credenciamento há sete itens para o parecerista, mas que se uma pessoa habilitada comprovar que tem habilitação também nessas áreas, ela poderá ser chamada para avaliar um projeto que têm a ver com patrimônio e museologia, de modo que a ausência dessas áreas não seria um impedimento. Ele considerou ainda que, caso seja necessária a formação da comissão, embora todos torçam para que não aconteça, essas áreas seriam consideradas, escolhendo pareceristas da comissão pensando num parecer técnico profundo. Deny Eduardo Pereira Alves tomou a palavra para questionar, diante da reabertura do prazo, se não teria como de colocar um item específico para patrimônio. Contudo, João e Elaine Nogueira Boncompagni responderam que nesse caso teria que cancelar esse processo administrativo e abrir um credenciamento novo, que eles inclusive pensaram nisso também. Nesse caso até quem se inscreveu sairia do processo. Marco Antônio de Souza questionou o número de pareceristas necessário, ao que todos concluíram que não há um número definido, exceto de que são necessários três pareceristas designados a cada projeto, conforme definido anteriormente. Em debate amplo, foi feita uma estimativa de número de projetos que seriam inscritos, ao considerar a movimentação dos agentes culturais nos grupos de whatsapp. Jô Ribeiro destacou que teria perto de 300 projetos inscritos. Sobre os prazos, Elaine Nogueira Boncompagni

esclareceu que as próximas etapas do PNAB irão atrasar, tendo em vista a falta de pareceristas e os procedimentos nesse sentido, mas que o edital não será reaberto para os agentes culturais. Também esclareceu que na análise dos projetos as etapas de execução e conclusão dos mesmos, que foram redigidos de acordo com o cronograma disposto no edital, terão seus prazos de execução prorrogados proporcionalmente. Isso será levado em conta em sua análise pelos pareceristas também. Sem mais comentários sobre o assunto, a reunião tratou do segundo tópico da pauta, “continuidade dos trabalhos / definição de novas ações sobre o Plano Municipal de Cultura: como anda o Mapa Cultural?”. Vinícius Cintra de Oliveira disse que haverá licitação para o sistema do Mapa Cultural, que isso já está em andamento em outro departamento. Explicou que acontecerá o pregão e que isso não tem prazo definido, mas a expectativa é de que não irá demorar. Ele ressaltou ainda que tudo será feito de acordo com o que foi apresentado pelo poder público e discutido em reuniões anteriores do Conselho, incluindo o mapa de cadastramento de agente, cadastramento de contratante, de criação de um perfil, inserção de vídeo ou do portfólio do artista e mapeamento por zonas da cidade. Conforme ele explicou, haverá filtros para filtrar o agente da música, das artes visuais, da literatura etc. e tudo está caminhando. O comentário geral dos participantes da reunião foi de que esse portal vai atender a uma expectativa dos agentes culturais que vem de longa data, de décadas, além de ter sido tema frequente nas discussões dos últimos anos do Conselho, como condição para permitir entendimento de ações culturais na cidade, de fomentar isso, divulgar o trabalho de todo mundo, permitindo inclusive ao poder público conhecer o perfil de cada região da cidade, o que funciona melhor e quais ações são necessárias. Sem mais sobre o assunto, Everton Luís Sanches passou para o próximo tópico da pauta, “informações sobre a inauguração do Centro Cultural Salles Dounner”. Nesse momento o agente cultural Jô Ribeiro pediu a palavra para dar o seu depoimento sobre o assunto, descrevendo sua mágoa quanto à demora nesse projeto, que conforme descreveu vêm desde outros governos, desde quando Gilmar Dominici era prefeito há a proposta de se fazer um Centro Cultural Salles Dounner, sancionada em 1999 por ele, que naquele momento envolvia um prédio inteiro, não apenas uma sala, mas que desde então nunca foi viabilizado. Jô Ribeiro citou várias pessoas e traçou uma trajetória de cuidados e curadoria, assim como de perdas em relação à obra do artista, reforçando a importância de que aquele espaço que agora foi destinado para esse Centro Cultural tenha as melhores condições de fazer justiça ao legado do artista e permitir acesso das pessoas, da população às suas obras. Jô Ribeiro, dirigindo-se diretamente ao representante do poder público Wanderlei Donizete Pereira, pediu “pelo amor de Deus” o cuidado com as obras do Salles e com todo o patrimônio. Wanderlei Donizete Pereira disse que todos os cuidados serão tomados e que todos estão empenhados nisso. Vinícius Cintra de Oliveira e Elaine Nogueira Boncompagni, em resposta ao Jô Ribeiro, relataram que procuraram pessoas da família de Salles Dounner e diversas pessoas que foram citadas por ele, que fizeram grande esforço no sentido de resgatar as obras e de contemplar o seu legado. Vinícius Cintra de Oliveira disse sobre a inauguração do Centro Cultural Salles Dounner que ainda está em processo de organização do espaço e que pelo andamento das coisas na próxima semana já conseguiriam inaugurar. Também disse que Salles Dounner será homenageado

no Salão de Belas Artes. A conselheira titular Higina Teixeira Marques pediu a palavra e retomou o debate sobre o edital de pareceristas. Ela ressaltou que a reabertura do edital com o mesmo formato, com cobrança, não atrairá pareceristas, retratando também que o site de inscrição tem muitas propagandas e dificulta a visualização, mesmo para pareceristas experientes. Quanto à possibilidade de formação de comissão de avaliação, ela disse que o PNAB existe justamente para evitar esse tipo de prática, questionando ainda se o trabalho da comissão seria voluntário – outro fator ao qual o PNAB também se opõe. Elaine Nogueira Boncompagni respondeu que o trabalho da comissão seria voluntário. João tomou a palavra e repetiu as explicações dadas por ele anteriormente, reforçando que atualmente a Secretaria de Esporte e Cultura é uma parte dentro do ecossistema da prefeitura de Franca e que não há outra maneira para esse tipo de contratação, que o setor de compras procede assim com todos os setores da prefeitura. Higina Teixeira Marques perguntou se tinha que cobrar a taxa e o João disse o portal usado pela prefeitura cobra a taxa, não a prefeitura. João citou a lei 14.133/2021, conhecida como Nova Lei de Licitações, e relatou que a prefeitura optou por esse portal, seguindo o que é determinado pela lei e que a Secretaria de Cultura não tem como mudar isso. Higina Teixeira Marques questionou o motivo de não usar portais públicos de pareceristas, sem licitação, e o João respondeu que houve ampla discussão com o setor de compras, indicando as alternativas, concluindo que não haveria outra maneira, se não por licitação. Higina Teixeira Marques comparou Franca com outras prefeituras, que conseguem fazer o cadastro de pareceristas sem cobrar taxa, defendendo que é possível traçar outras alternativas e afirmou que, enquanto conselheira, ela não concorda com essa decisão. João e Elaine Nogueira Boncompagni afirmaram mais uma vez que investigaram, procuram alternativas, questionaram o setor de compras e que não há outro jeito. Sobre a possibilidade de resgatar os pareceristas do banco que era usado anteriormente, possibilidade aventada em meio a amplo debate entre os presentes, João explicou que não há mais vínculo dos pareceristas com a prefeitura. Deny Eduardo Pereira Alves disse que em seu entendimento, a prefeitura usa esse sistema devido à necessidade de transparência, mas a lei de licitação fala que deve ser feito o cadastro preferencialmente eletrônico, não obrigatoriamente, o que permite receber a documentação fora da plataforma, no formato físico, facilitando e permitindo a inscrição. João disse que falou exatamente isso em outro processo da prefeitura e a justificativa que lhe foi dada é de que o município tem trezentos e cinquenta mil habitantes, que isso foge de sua competência, que se trata de atender da mesma maneira a todos os setores do município. João reforçou que essa determinação não partiu da compreensão da Secretaria de Esporte e Cultura. Todos os serviços, compras e contratações são realizadas dessa maneira. Higina Teixeira Marques defendeu que é preciso criar mecanismos que facilitem o acesso das pessoas para propor projetos, assim como para os pareceristas, com o intuito de democratizar o acesso à cultura. Dessa maneira, ela propôs aos presentes que sugerissem outras alternativas. Elaine Nogueira Boncompagni ressaltou que há várias indicações de que ocorreu um boicote dos pareceristas à cidade de Franca, pois eles escreveram isso no grupo de pareceristas credenciados, mas que ela (Elaine Nogueira Boncompagni) não sabe de onde partiu esse boicote. Higina Teixeira Marques respondeu que um dos motivos

desse boicote deve ter sido o pagamento da taxa de inscrição. Quanto a isso, João disse que a taxa é paga somente uma vez, para inserir os documentos na plataforma e que a partir daí quem fez o cadastro na plataforma pode participar de qualquer processo licitatório da prefeitura de Franca por dez anos, tendo pago a plataforma apenas uma vez. João explicou que o interessado cadastra a proposta, pagando esse valor, tem um mês de liberação do sistema; cada proposta pode responder as diligências que são feitas pelo sistema e depois disso não há necessidade de utilização do sistema mais. O sistema é esse intermediário do município com os fornecedores. Isso para todos os processos. Um credenciado dentro do portal de compra, depois de tudo isso, vai para um processo administrativo, o processo de licitação e dentro desse processo de licitação a prefeitura já tem um vínculo com a empresa, com o fornecedor. Então, com esse vínculo garantido, o fornecedor nunca mais terá que pagar nada para participar. Ele reforçou ainda que se as pessoas que são a mão-de-obra qualificada não se interessaram, não cabe ao poder público ficar explicando, foge ao alcance dele. Como o procedimento administrativo cabível foi adotado, foge ao alcance fazer uma alteração disso, primeiro, porque a prefeitura já usa isso e isso é padronizado e segundo, porque segue uma exigência de transparência da lei de licitações. Fabrício Schisari Demacq pediu a palavra e manifestou sua opinião, lembrando que há uma hierarquia, uma burocratização de processos, e o setor de cultura não é diferente. Assim, ele defendeu que não é uma questão de não querer fazer. São as pessoas que têm a condição de participar desse tipo de processo que resolveram boicotar o município. Higinia Teixeira Marques tomou a palavra novamente e disse que cabe ao poder público perguntar o que está acontecendo, se houve algum desrespeito aos combinados, se houve atraso de pagamento, se as condições de trabalho estão adequadas. Ela afirmou que cabe à Secretaria de Esporte e Cultura entender porque está havendo uma insatisfação dos pareceristas, já que os demais membros do Conselho não têm acesso a esse debate. É preciso saber o que não está funcionando para os trabalhadores, para os pareceristas, abrir uma janela de diálogo. Fabrício Schisari Demacq pediu a palavra novamente e lembrou que a Higinia Teixeira Marques trouxe a suposição de que o pessoal não está se inscrevendo por conta da taxa. Ele disse ainda que “em sua humilde opinião” isso está acontecendo muito mais devido às pessoas terem desmarcado o negrito que cobria o nome dos pareceristas nos pareceres do último edital e terem entrado em contato com pareceristas para questioná-los. Ele afirmou que supõe que foi por conta dos agentes culturais que descobriram quem deu nota baixa em seus projetos e entraram em contato com parecerista para questionar, lembrando ainda que pelo o que foi relatado, teve briga, discussão. “Diante disso, o que que o pessoal faz? Você gosta de ser maltratado em qualquer lugar? Eu tenho certeza que o parecerista também não gosta”, afirmou Fabrício Schisari Demacq. Complementando, ele disse que no meio dessas suposições, estava-se tentando achar o melhor caminho; se é satisfatório ou se não é, ele não sabe, mas pelo menos estão trabalhando na base da legalidade. João reafirmou que respondeu pessoalmente a todos os pareceristas que entraram em contato perguntando sobre a taxa, explicando que essa taxa não ia para a prefeitura. Ele disse que tirou todas as dúvidas de quem o procurou. Na sequência ocorreu amplo debate sobre o uso do banco de pareceristas, os prejuízos do julgamento por uma comissão e sobre as decisões das

reuniões anteriores, em que os membros do Conselho pediram para renovar o banco de pareceristas. Houveram discordâncias sobre esses temas já tratados em outras reuniões, sobre os princípios democráticos que devem nortear a atuação do Conselho e da PNAB. Foi apontado que a Higina Teixeira Marques não estava presente nas reuniões anteriores e por isso não tinha acompanhado algumas decisões. Higina Teixeira Marques disse que se sentiu desrespeitada e isso foi conversado, com alguns membros do Conselho explicando que não houve desrespeito, nenhuma manifestação contra ela pessoalmente, apenas o apontamento de que ela não teve contato com determinadas discussões, embora ela possa ter ficado com essa sensação. Higina Teixeira Marques manifestou-se defendendo que quando uma pessoa se sente agredida são as outras pessoas que devem aguçar os seus ouvidos e reverem as suas posturas. Considerando o adiantado da hora, Everton Luís Sanches reportou a necessidade de passar para a próxima pauta. Contudo, antes de passar para a próxima pauta foi levantado o entendimento compartilhado pelos presentes de que a avaliação dos projetos do PNAB por uma Comissão não seria a melhor maneira e que esse cenário seria a última alternativa. Desse modo, todos os presentes manifestaram o desejo de que mais pareceristas se inscrevessem quando da reabertura do cadastro, seu empenho e sua torcida para que isso aconteça ou solução melhor seja encontrada. Elaine Nogueira Boncompagni tomou a palavra e disse que havia um item super importante a ser tratado, que era a indicação de três nomes para formação de uma comissão que irá julgar o Cultura Viva, tanto na premiação quanto no fomento continuado, pois de acordo com o edital os dois são julgados por uma comissão. Ela disse que, seguindo as diretrizes do edital, deve ser feita uma comissão, que não será paga, para avaliar esses projetos, sendo composta de três indicações do poder público e de três indicados pela sociedade civil. Desse modo, a sociedade civil precisava indicar três nomes, dentre os quais um precisaria ser da cultura popular e os outros dois não. Elaine Nogueira Boncompagni reforçou que isso é o que está escrito no edital 4, item 9.2, e no edital 5, no item 10, que isso já veio assim para a prefeitura e que os nomes deveriam ser enviados até o dia seguinte à reunião. Ela lembrou também que esses editais não vão sofrer atraso, porque quem faz essa avaliação é essa comissão. Higina Teixeira Marques pediu a palavra e lembrou que na reunião anterior foi solicitado o cronograma dessa avaliação, pois já tinha sido indicada a necessidade de indicar os nomes. Ela disse ainda que o cronograma de trabalho é necessário para fazer o convite às pessoas, que fizeram esse questionamento, referente a quando começa, qual o dia de trabalho, quantas horas de trabalho, para analisar se tem ou não disponibilidade. Deny Eduardo Pereira Alves disse que de acordo com o seu entendimento, a própria Elaine Nogueira Boncompagni já havia deixado claro que cada um vai fazer o seu próprio parecer. Higina Teixeira Marques disse que a comissão se reúne para receber orientações e que as pessoas precisam ter um cronograma, uma noção mínima de quando é que elas devem estar disponíveis para isso. Everton Luís Sanches interrompeu o debate, afirmando que devido ao horário da reunião já ultrapassado iria passar a palavra, mas logo em seguida seria necessário fechar esse tópico e tratar dos outros tópicos da pauta. Elaine Nogueira Boncompagni respondeu que a análise do Cultura Viva é realizada por uma Comissão mesmo e que isso já vem de cima, que não é definido no município, destacando que o cronograma de avaliação

também está lá. Higina Teixeira Marques reiterou o pedido de que, se for possível, que seja escrito um textinho de orientação, convidando as pessoas, explicando quais dias elas irão se reunir, o horário, o local, porque isso facilita que se consiga voluntários. Everton Luís Sanches deu por encerrada a discussão e passou para a próxima pauta, que dizia respeito às atualizações sobre a reforma do Museu. Wanderlei Donizete Pereira resumiu sua resposta, dizendo que foi aberto o pregão para receber propostas no dia sete de julho, que já haviam empresas habilitadas e que estava na fase de análise de documentos. Ele reiterou que existe todo um processo de trânsito de tempo para a empresa que está habilitada e que depois de decorrido esse prazo, vai para as outras etapas. Ele se comprometeu ainda a ir informando os avanços. Everton Luís Sanches tomou a palavra e passou ao próximo assunto, as eleições de setembro para nova gestão do Conselho: o que está previsto e quais as ações necessárias. Ele enfatizou que essa é uma preocupação que os representantes da sociedade civil têm desde o mês anterior, lembrando que de acordo com o regimento a iniciativa das eleições parte do poder público, mas que todos do Conselho estão dispostos a fazer parte desse processo e auxiliar naquilo que for preciso, chamando atenção para não ficar em cima da hora. Ele também explicou que algumas coisas já foram discutidas no grupo e que elas podem ser encaminhadas para o poder público, mas respeitando o regimento preferiu-se trazer a palavra para o poder público primeiro, mantendo-se abertos a contribuir. Todavia, Everton Luís Sanches não abriu a palavra devido ao horário da reunião já ter sido ultrapassado. Higina Teixeira Marques perguntou se o primeiro ponto de pauta, sobre o e-mail enviado ao poder público, havia sido respondido. Everton Luís Sanches a disse que sim, que foi respondido presencialmente, no início da reunião. Higina Teixeira Marques reforçou a importância de o e-mail ser respondido diretamente, não apenas durante a reunião, para que se tenha o histórico de atuação do Conselho. Everton Luís Sanches reiterou que isso será documentado na ata. Higina Teixeira Marques insistiu na importância de responder os e-mails formais, a fim de permitir que as respostas sejam repassadas aos agentes culturais, para que os representantes da sociedade civil possam prestar contas de seu trabalho. Ela também disse que ainda não sabia como seria resolvida a questão dos pareceristas do seguimento que ela representa, se haverá edital para eles ou não. Everton Luís Sanches disse que isso foi conversado no início da reunião e que depois ele a repassaria o que foi dito. Sem mais para o momento, a reunião foi encerrada às vinte e uma horas e sete minutos. A redação desta ata foi concluída em onze de agosto de dois mil e vinte seis, à uma hora e dezoito minutos, e encaminhada para apreciação e aprovação dos membros do CMPC.

LISTA DE PRESENÇA - DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – CMPC
 Data: 28/07/2026 - Horário: 19h às 21h - Local: Casa da Cultura e do Artista Francano – Auditório.

Pauta: Resposta ao e-mail "Solicitação de esclarecimentos sobre Edital para pareceristas", enviado pelo Conselho para a Secretaria de Cultura;

- Continuidade dos trabalhos / definição de novas ações sobre o Plano Municipal de Cultura: como anda o Mapa Cultural?;

- Informações sobre a inauguração do Centro Cultural Salles Dounner;

- Atualizações sobre a reforma do Museu;

- Eleições de setembro para nova gestão do Conselho: o que está previsto e quais as ações necessárias.

- Palavra aberta.

	NOME	ASSINATURA
1	Cláudio Nazaré Silveira - Titular	
2	Inaído Rudoif Wirz Junior - Suplente	
3	Clemência Ap. Cancos de Andrade - Titular	
4	Marina Ferreira de Paula Elias - Suplente	
5	Elaine Nogueira Boncompagni - Titular	
6	Fabrizio Schisari Demacq - Suplente	
7	Natália Maria Ricci Maia - Titular	
8	Diana Gomes da Silva - Suplente	
9	Rafael Saulo Costa Julião - Titular	
10	Francisco Queiroz Drigo - Suplente	
11	Cristiane de Melo Castro Masui - Titular	
12	Michelly Monteiro Pacheco - Suplente	
13	Keila Alves Pimenta Fradique - Titular	
14	Valquiria Elaine da Silva - Suplente	
15	Higina Texeira Marques - Titular	<i>Higina</i>
16	Jose Gregorutti Neto - Suplente	
17	Stella Santana Lima - Titular	
18	Mateus Hilário Dias - Suplente	
19	Everton Luis Sanches - Titular	<i>Everton Luis Sanches</i>
20	Fernanda de Figueiredo Ribeiro - Suplente	
21	Marco Antônio de Souza - Titular	<i>Marco Antônio de Souza</i>
22	Cristiano Freitas Araújo - Suplente	
23	Dieisson Donizete Loureço - Titular	
24	Deny Eduardo Pereira Alves - Suplente	<i>Deny Eduardo Pereira Alves</i>

25	Wesley Mendes de Paula - Titular	
26	Eliza Antônia Carvalho Soares - Suplente	
27	Cairo César Barbosa Silva - Titular	<i>Wesley</i>
28	Alexandre Silva - Suplente	<i>[Signature]</i>
29	<i>[Signature]</i>	<i>[Signature]</i>
30	<i>Cairo César de Paula Barbosa</i>	<i>[Signature]</i>
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		
54		
55		
56		
57		
58		
59		
60		
61		
62		
63		
64		
65		